

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2024

1 - Introdução

A CASA DO POVO DE ESCARIZ, com sede social em Rua do Lar, com um capital social de 8 101,70 €, tem como atividade principal Outras atividades associativas, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2024.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CASA DO POVO DE ESCARIZ, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Do ponto de vista económico, 2024 foi um ano de relativa estabilidade em comparação com os períodos anteriores. Depois de uma sequência de anos com eventos que abanaram a economia mundial como a pandemia e a guerra da Ucrânia, o ano findo não registou grandes choques. Como tal, as principais economias retomaram os seus cursos normais com muitos países a desagravarem as suas políticas monetárias.

Por oposição, no campo da política, 2024 foi um ano histórico, com mais de 50% da população a ser chamada às urnas para eleições.

No Irão, a morte repentina de Ebrahim Raisi num acidente de helicóptero levou à eleição de Masou Pezeshkian para o cargo. Na África do Sul as eleições marcaram a primeira vez desde 1994 que o Congresso Nacional Africano perde a maioria absoluta. No Reino Unido o partido Conservador foi obrigado a abandonar o poder e a dar lugar ao partido Trabalhista após a derrota de Rishi Sunak na corrida contra Keir Starmer. No México, Claudia Sheinbaum tornou-se a primeira mulher a ser eleita presidente. No meio de todas estas voltas políticas a mais marcante foi a eleição de Donald Trump para um segundo mandato como presidente dos EUA. Donald Trump já tinha feito história na primeira metade do ano ao tornar-se o primeiro ex-presidente americano a ser condenado por crimes. Foi também alvo de um atentado antes de ter derrotado, entre outros, a sua principal oponente Kamala Harris que tinha substituído Joe Biden na corrida à Casa Branca.

Ainda no contexto político, mas sem eleições, o mundo assistiu à queda do regime de Bashar al-Assad que liderava a Síria há 13 anos. Bashar al-Assad estava a braços com uma revolta nacional que tentava suprimir de forma brutal, tendo acabado por ser expulso já na reta final de 2024.

Menos histórico foi a continuação dos conflitos armados que já se tinham iniciado antes de 2024, mais concretamente, o conflito na Ucrânia, que dura há já mais de 3 anos e a invasão da faixa de Gaza por parte das forças israelitas. Embora o ano tenha terminado com ambos os conflitos sem aparente resolução, a eleição de Donald Trump marca uma potencial reviravolta na relação dos EUA com ambas as guerras.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

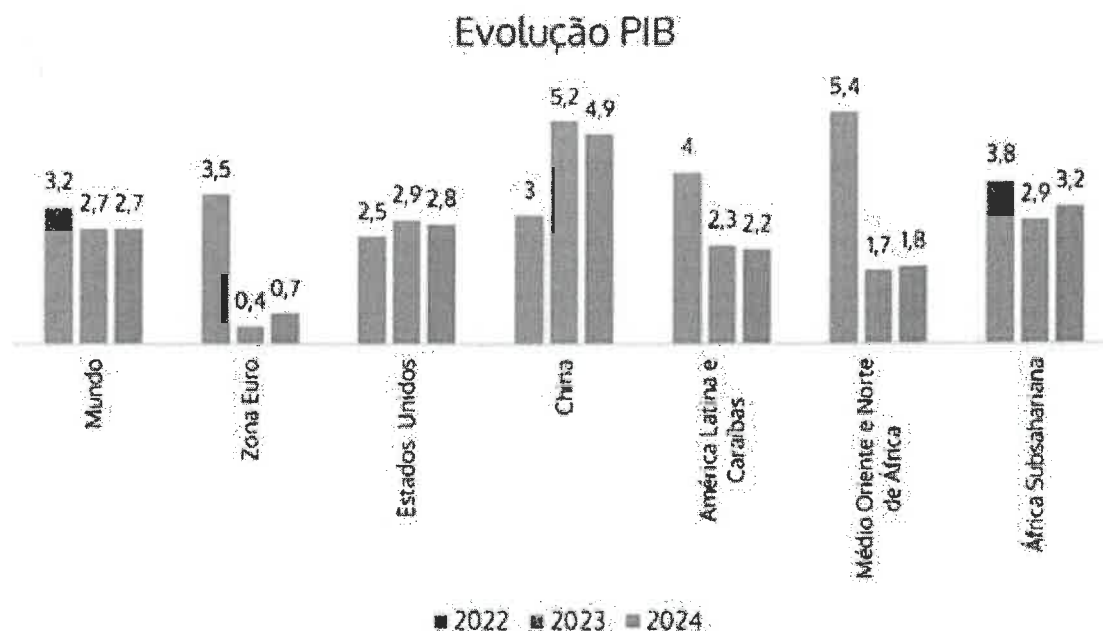
Mundo

O ano de 2024 marcou mais um passo importante na batalha contra a inflação, com as taxas a aproximar-se dos valores de referência dos bancos centrais. Esta desinflação permitiu às economias mais avançadas continuar o seu percurso de recuperação económica, embora se projete um crescimento futuro baixo.

A capacidade de evitar uma crise face às medidas de combate à inflação continuam a surpreender alguns especialistas. A economia Mundial provou ser mais resiliente do que antecipado, tendo absorvido em grande parte os choques causados pela pandemia, conflitos armados e alterações climáticas que marcaram os últimos anos. No entanto, o FMI reporta que embora se tenha evitado, aparentemente, uma recessão, a economia mundial está em modo de sobrevivência, mostrando dificuldades em retomar uma trajetória de crescimento.

Estas dificuldades são ilustradas pela estagnação do crescimento do PIB mundial em 2024. Tanto o FMI como o WorldBank alertam que em 2024 as políticas fiscais e financeiras de muitos países foram desagravadas, as cadeias logísticas estabilizaram e a inflação foi largamente controlada. No entanto, o crescimento mundial ficou pelos 2,7%, o mesmo valor registado em 2023.

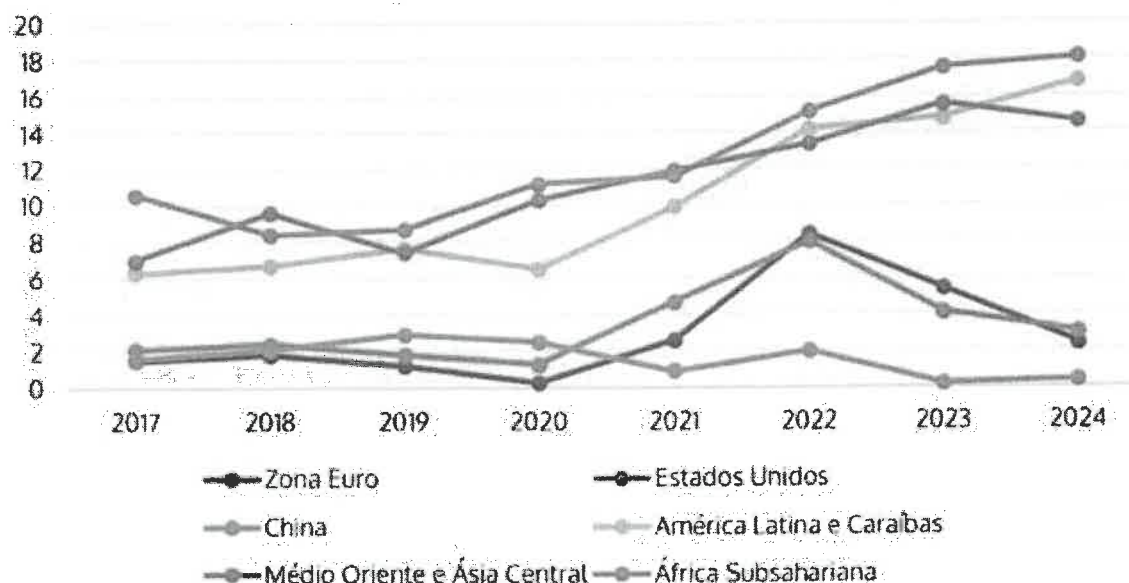
Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do PIB desagregados pelas principais regiões do mundo.



Seguindo a tendência mundial, todas as principais regiões do mundo apresentaram variações pequenas no crescimento do PIB em 2024, mais um sintoma da estagnação do crescimento que muitos especialistas alertam que se pode transformar numa tendência de não crescimento no médio-longo prazo.

Outro indicador que também abrandou de forma generalizada foi a inflação.

Índice Preços do Consumidor (% variação)



Embora nem todas as regiões tenham verificado uma quebra nas taxas de inflação, a grande maioria das regiões conseguiu controlar este indicador. Segundo dados do WorldBank, em 2024 mais de 60% das economias do mundo apresentavam taxas de inflação iguais ou inferiores ao valor ideal.

Por trás deste comportamento está, segundo o WorldBank, a política monetária mais restritiva que a grande maioria dos países tem conduzido. A este fator o FMI adiciona a recuperação inesperada de dois grandes setores. Em primeiro lugar, o mercado da energia, onde se verificou uma quebra de preços mais acentuada do que antecipado. Em segundo lugar, um abrandar do mercado do trabalho, onde os problemas de falta de mão de obra foram ultrapassados mais rapidamente do que esperado.

De notar que o ajuste de preços à inflação foi menos sentido no setor de prestação de serviços onde a taxa de inflação subjacente se encontra nos 4,2%, cerca de 50% acima dos valores registados pré-pandemia. Esta pressão inflacionária no setor dos serviços fez-se sentir mais na primeira metade do ano onde o mercado laboral registou um maior esforço de aumento de salários para compensar o aumento do custo de vida que se tem vindo a sentir.

Relativamente a salários, a International Labour Organization (ILO) aponta para um crescimento real de 2,7%, indicando um aumento das remunerações superior à taxa de inflação. Com exceção dos Estados Árabes e de África, onde o salário médio real se manteve estável, todas as restantes regiões do mundo observaram crescimentos. De notar que este crescimento foi desigual, com os maiores aumentos a ocorrer no Oeste e Centro Asiático onde o crescimento foi de 17,9%, e o menor crescimento a ser observado na América do Norte onde o crescimento ficou pelos 0,3%.

Na vertente não financeira, 2024 foi um ano particularmente preocupante no campo político. Os movimentos de extrema-direita vinham a ganhar força há alguns anos, mas 2024 viu alguns dos crescimentos mais acentuados de partidos deste movimento.

A imigração é cada vez mais o tema social crítico para as principais nações do mundo, tendo sido uma das bandeiras de campanha mais relevantes de Donald Trump, e a justificação para o ganho de poder de muitos partidos europeus.

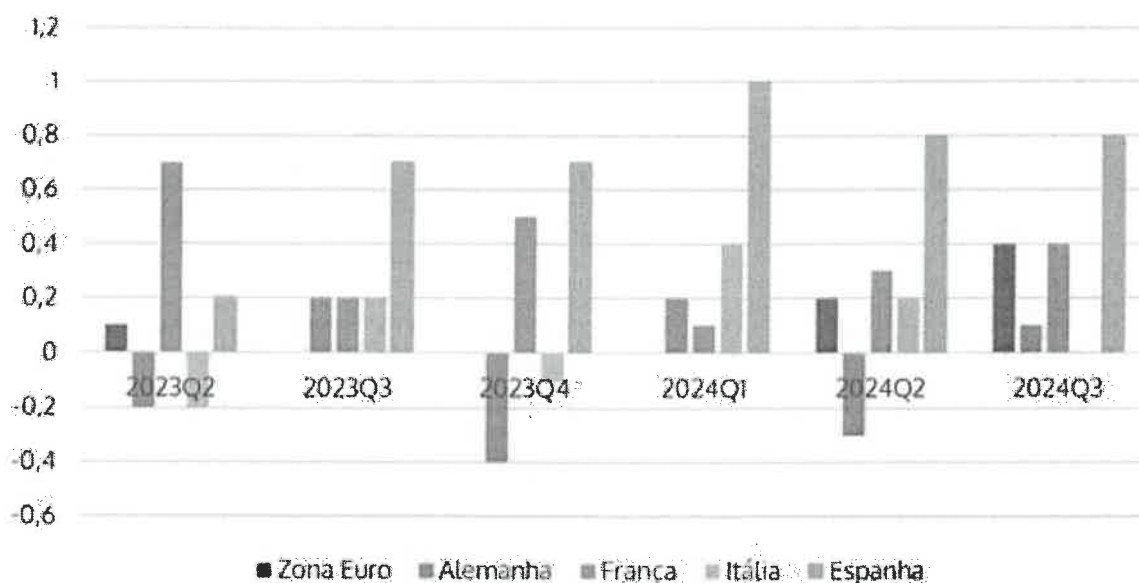
No campo do clima, 2024 foi o ano mais quente desde que há registo, com a temperatura mundial 1,5 graus acima da registada nos tempos pré-industriais. Este valor é particularmente preocupante, porque o Acordo de Paris de 2015 que tinha definido que o aumento médio da temperatura global nunca deveria ultrapassar os 1,5 graus.

Na área da tecnologia, a Inteligência Artificial tornou-se o tópico do momento. Inflacionou a valorização de empresas como a NVIDIA. Levantou questões sobre a ética em volta do treino dos modelos de linguagem a uso, baseado em grande parte no alegado roubo de dados. Criou problemas legais relativos ao uso da imagem e voz de pessoas para fins maliciosos. Por fim, colocou em causa o futuro de algumas profissões como a animação e ilustração à medida que as empresas começaram a trocar os seus profissionais por software.

Europa

A Europa observou um comportamento desigual no que toca ao crescimento das suas principais economias. Não obstante a Zona Euro, segundo dados do BCE, nunca ter entrado em decréscimo, estagnou no primeiro trimestre e observou uma recuperação muito moderada no segundo e terceiro trimestres.

Crescimento do PIB (%)



Recorrendo a algumas regiões ilustrativas, o gráfico acima espelha o parco crescimento do PIB na Zona Euro em 2024.

A inflação continuou a cair, a média das economias da OCDE aponta para uma queda dos 3,8% registados a

outubro de 2023 para os 2,3% a outubro de 2024. Um abrandar de 1,5 pontos percentuais e um aproximar considerável do valor ideal de 2%.

Relativamente ao desemprego, não houve alterações significativas entre 2023 e 2024. O Eurostat reportava que a taxa de desemprego na Zona Euro era de 6,5% em dezembro de 2023 e 6,3% em dezembro de 2024. Tendo a União Europeia como referência também se observa esta estabilidade, com a taxa de desemprego em dezembro de 2024 a ficar nos 5,9%, uma descida de 0,1 pontos percentuais face ao período homólogo.

No que toca ao desemprego jovem (pessoas abaixo dos 25 anos de idade), a taxa de desemprego desta faixa da população a dezembro de 2023 era de 14,6% e 15% na zona euro e na União Europeia respetivamente. Em 2024 este indicador agravou-se para os 14,8% na zona euro, e manteve-se inalterado, nos 15%, na União Europeia.

Desagregando o indicador do desemprego por género, o Eurostat aponta para uma taxa de desemprego a dezembro de 2024 de 5,7% na União Europeia para os homens, e de 6,1% para as mulheres. Considerando a zona euro, a taxa de desemprego para os homens em dezembro foi de 6,1%, enquanto para as mulheres foi de 6,5%.

Segundo o FMI o consumo privado cresceu 0,9% em 2024 na zona euro, embora seja um crescimento baixo, representa um aumento de 0,2 pontos percentuais face ao registado em 2023. O consumo público também acelerou, após crescer 1,2% em 2023, fechou o ano de 2024 com um aumento de 1,7%.

Principais Mercados Estrangeiros

China

Após uma ligeira aceleração do crescimento do PIB em 2023, este indicador abrandou em 2024, a OCDE estima que a taxa de crescimento tenha ficado pelos 4,9%. Embora seja um crescimento consideravelmente acima do registado a nível mundial, representa uma taxa inferior em 0,3 pontos percentuais face ao crescimento registado em 2023.

Este crescimento é consequência do equilíbrio entre o efeito positivo do reforço das exportações chinesas e do efeito negativo do mercado imobiliário que continua instável.

Nesta região a inflação tem permanecido muito baixa com os preços baixos do setor da alimentação a serem os maiores contribuidores para este comportamento. O FMI indica que 2024 terá registado uma taxa de inflação na casa dos 1%.

EUA

Segundo dados da OCDE, o PIB dos EUA deverá ter crescido 2,8% em 2024, uma subida acentuadamente acima do indicado nas previsões dos especialistas. De notar que a OCDE, no início de 2024, previa um ano com um crescimento de apenas 1,5% do PIB.

A taxa de inflação também diminuiu em 2024, segundo dados do FMI houve uma quebra de 1,1 pontos percentuais face aos 4,1% registados em 2023, ou seja, uma taxa de 3% para o ano findo.

O FMI adianta ainda que 2024 registou um aumento de 2,6% no consumo privado, um aumento superior em 0,1 pontos percentuais face ao registado em 2023. Já o consumo público, embora também tenha registado um aumento na casa dos 2,1%, sofreu um abrandar após ter aumentado 2,9% em 2023.

Portugal

O Banco de Portugal registou um crescimento de 2,5% do PIB português em 2023. Para 2024 os dados indicam um crescimento de 1,7%, uma quebra de 0,8 pontos percentuais. Este atenuar de crescimento está ligado em grande parte ao moderar do setor do turismo.

O combate à inflação que dura desde os primeiros tempos pós-pandemia parece estar praticamente ganho. Segundo o Banco de Portugal, 2023 havia terminado com uma taxa de inflação de 5,3% e 2024 deu lugar a uma quebra acentuada deste indicador, fechando com uma taxa de 2,6%. Esta aproximação significativa ao valor ideal de 2% foi fruto de uma quebra dos custos salariais e de um contexto externo, que embora instável, não criou choques na economia portuguesa ao longo do ano.

Um setor que também cresceu significativamente foi o da habitação. Após ter sofrido uma contração em 2023, a recuperação foi drástica. Embora os dados oficiais do INE estejam apenas fechados a setembro de 2024, o ano que terminou registava um aumento de 8,5% no número de casas vendidas nos primeiros 9 meses do ano face ao mesmo período de 2023. Também o valor associado a estas vendas disparou, registando um aumento de 13,5% face aos valores registados em 2023, o que representa um aumento significativo do preço das casas. Estudos independentes estimam que 2024 deverá fechar com uma subida adicional dos preços das casas de 3,4% no último trimestre do ano.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas tomadas pelo Governo em 2024 de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias que serviram mais para subir o preço das casas do que para estimular o poder de compra.

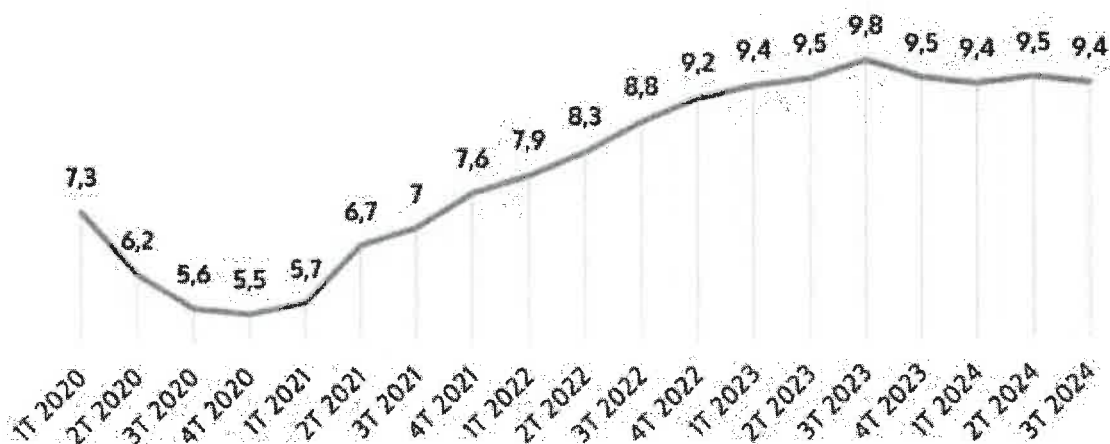
De acordo com a OCDE, o consumo privado cresceu 2,7% em 2024, um acelerar face ao crescimento de apenas 2% registados em 2023. Este crescimento deve-se em grande parte ao abrandar da inflação que se fez sentir ao longo do ano, bem com as medidas fiscais que colocaram mais dinheiro disponível nas mãos das famílias. Entre essas medidas sublinha-se as alterações feitas ao IRS que permitiram às pessoas levar uma porção maior do seu salário para casa, efeito especialmente notório nos meses de setembro e outubro. Também de realçar é o abrandar das taxas de juro, que permitiu às famílias poupar nos seus empréstimos.

De forma semelhante o consumo público também aumentou 1,2% em 2024. Este aumento e o aumento sentido no investimento estão em grande parte alavancados no Programa de Recuperação e Resiliência.

Relativamente à troca de bens com o exterior, o Banco de Portugal e a OCDE apontam para um aumento entre 3,9% e 4,2% das exportações, um aumento assente no crescimento das exportações e bens. Segundo o Banco de Portugal, a maioria dos grupos de bens portugueses observou um aumento de quota de mercado nominal nos mercados da União Europeia. Por contrapartida as exportações do turismo diminuíram. Esta diminuição deve-se à normalização da procura após um período de crescimento acentuado nos anos pós-covid. Do lado das importações é esperado um aumento entre 5,2% e 5,6% em 2024 (dados Banco de Portugal e OCDE respetivamente).

A rentabilidade das empresas manteve-se estável ao longo de 2024, encontrando-se no terceiro trimestre de 2024 na casa dos 9,4%, um valor em linha com os registados no ano de 2023, com exceção do pico do terceiro trimestre desse período.

RENDIBILIDADE GLOBAL DAS EMPRESAS



Comparando o terceiro trimestre de 2024 com o período homólogo existe uma quebra de 0,3 pontos percentuais na rendibilidade das empresas, esta quebra foi transversal a todos os setores, com exceção da construção do gás e da água. Os setores onde a quebra foi mais acentuada foi no setor das sedes sociais onde se registou uma descida de 2,5 pontos percentuais, e no setor das indústrias onde se registou uma quebra de 1,2 pontos percentuais. No que toca às empresas públicas a rendibilidade destas fixou-se nos 7,1%.

A autonomia financeira das empresas aumentou para 45,1% no terceiro trimestre de 2024, era de 42,9% no período homólogo. O peso dos financiamentos no ativo das empresas baixou para 27,2% o que compara com os 28,8% registados no mesmo período do ano anterior. Este decréscimo foi transversal a todos os setores da economia, com exceção do setor das sedes sociais.

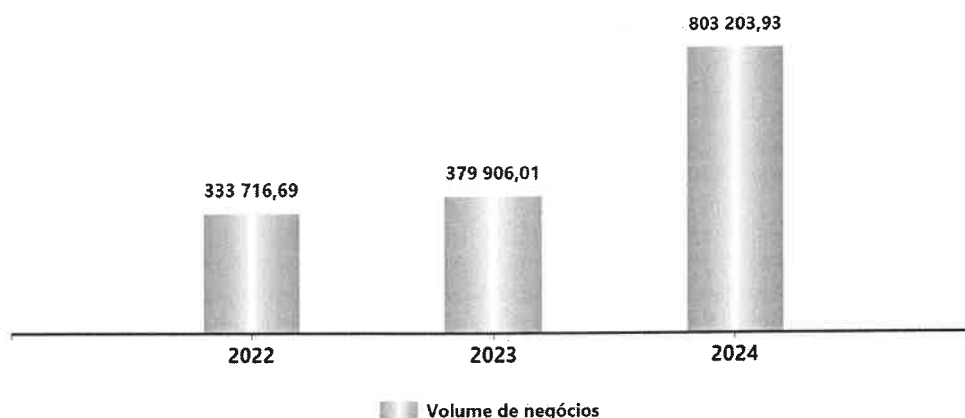
Quanto à dimensão das empresas, as PME, exceto as sedes sociais, registaram um aumento da autonomia financeira dos 44,2% no terceiro trimestre de 2023 para os 46,2% no mesmo período de 2024, enquanto as grandes empresas registaram um aumento deste rácio dos 36,3% para os 37,5% no terceiro trimestre de 2024. No setor público, a autonomia financeira aumentou de 36,5% no terceiro trimestre de 2023 para 37,5% no mesmo período de 2024.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

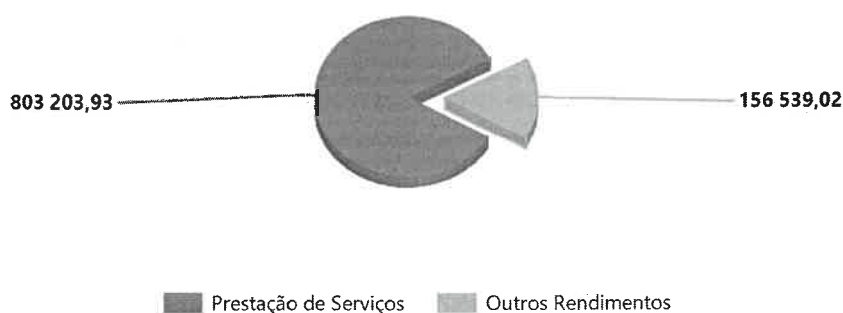
No período de 2024 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 803 203,93 €.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos

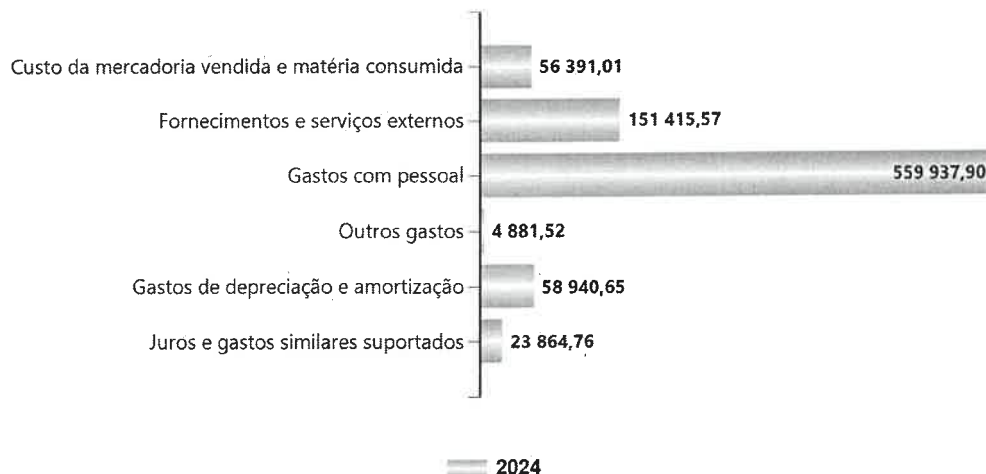


Como se pode verificar pela análise do gráfico da estrutura de rendimentos, a rubrica que merece maior relevância refere-se a "prestação de serviços" a qual engloba essencialmente quotas dos utilizadores, assim como, os acordos de cooperação com a Segurança Social, tendo registado um valor em 2024 de 803.203,93 €, e de 379.906,01 € em 2023.

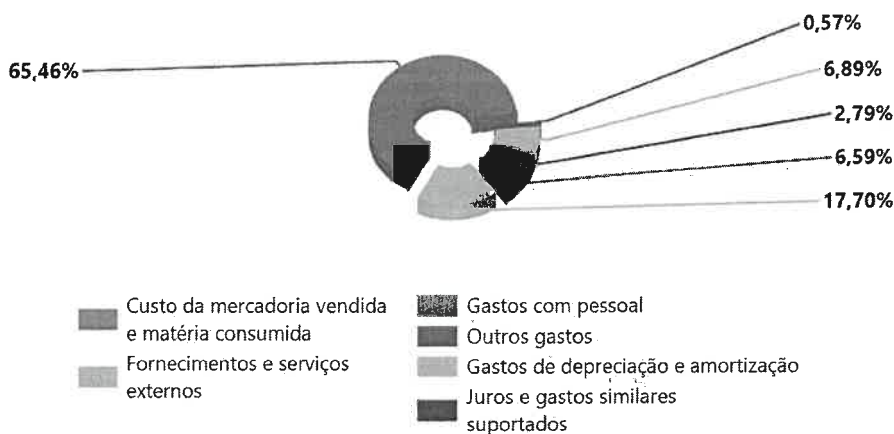
A rubrica de "outros rendimentos" totalizou 156.539,02 €, decomposta por subsídios à exploração no valor de 90.051,85 €, juros e rendimentos similares a quabtia de 175,94 €, e a rubrica de outros rendimentos o valor de 66.311,23 € e. A rubrica de outros rendimentos é subdividida em ganhos em outros rendimentos (consignação de IRS) 1.291,82 €, rendas do Bar, 1.975,00 €, mais valia pela alienação da viatura de 3.252,03 €, correções de exercícios anteriores, 3.280,93 €, excesso de estimativa para impostos, 1.421,04 €, e ganhos em subsídios para investimentos, 55.090,41 €.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



O total de gastos incorridos no ano de 2024 no valor de 855.431,41 € registaram um acréscimo na ordem dos 5 %, face a 2023 que totalizaram a importância de 812.968,39 €.

Da análise à evolução dos gastos, constata-se que a rubrica de "gastos com o pessoal" foi a que teve maior impacto nos gastos, num total de 559.937,90 €, ao passo que em 2023 cifrou-se em 513.190,14 €. A rubrica de "custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" também aumentou, passou de 52.221,31 € para 56.391,01 €, a de "fornecimentos e serviços externos" passou de 142.621,57 € para 151.415,57 €, a de "gastos de depreciação e amortização" de 58.546,57 € para 58.940,65 €. Ao passo que, a de "outros gastos" passou de 20.137,49 € para 4.881,52 € e a de "juros e gastos suportados" também teve um decréscimo, passou de 26.251,31 € para 23.864,76 €.

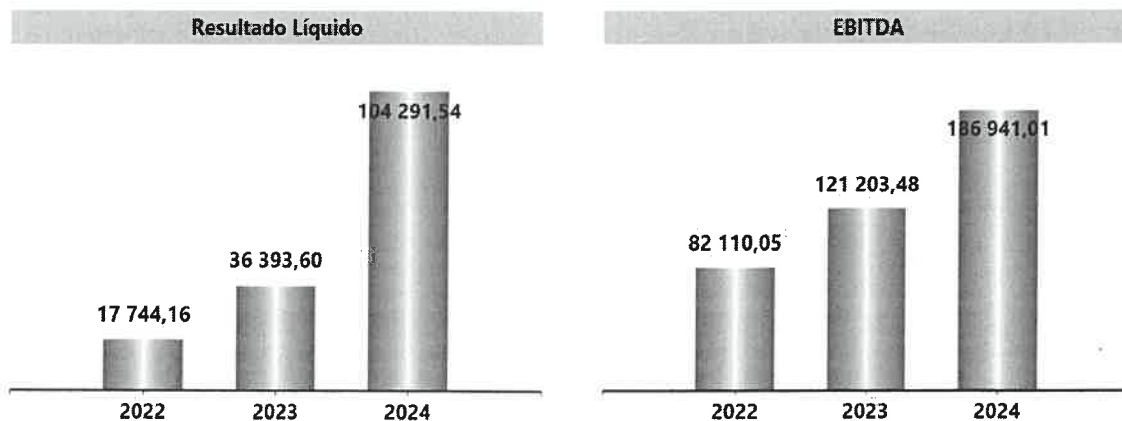
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2024

CASA DO POVO DE ESCRIZ

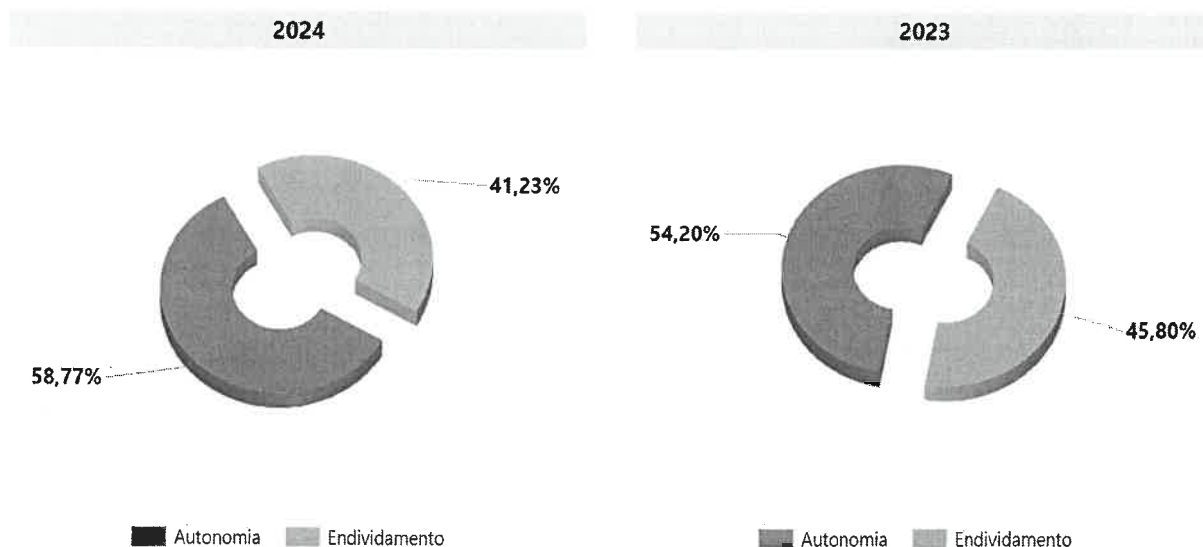
RUBRICAS	PERIODOS		
	2024	2023	2022
Gastos com Pessoal	559 937,90	513 190,14	499 198,38
Nº Médio de Pessoas	41,00	34,00	36,00
Gasto Médio por Pessoa	13 657,02	15 093,83	13 866,62

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



O EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) do exercício económico de 2024 apresenta um resultado positivo de 186.941,01 €. O resultado líquido apurado neste exercício foi positivo em 104.291,54 €.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2024		2023	
Ativo não corrente	1 228 480,26	94 %	1 271 998,21	91 %
Ativo corrente	79 528,82	6 %	124 049,90	9 %
Total ativo	1 308 009,08		1 396 048,11	

RUBRICAS	2024		2023	
Capital Próprio	768 774,03	59 %	756 699,65	54 %
Passivo não corrente	341 568,83	26 %	359 790,60	26 %
Passivo corrente	197 666,22	15 %	279 557,86	20 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 308 009,08		1 396 048,11	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

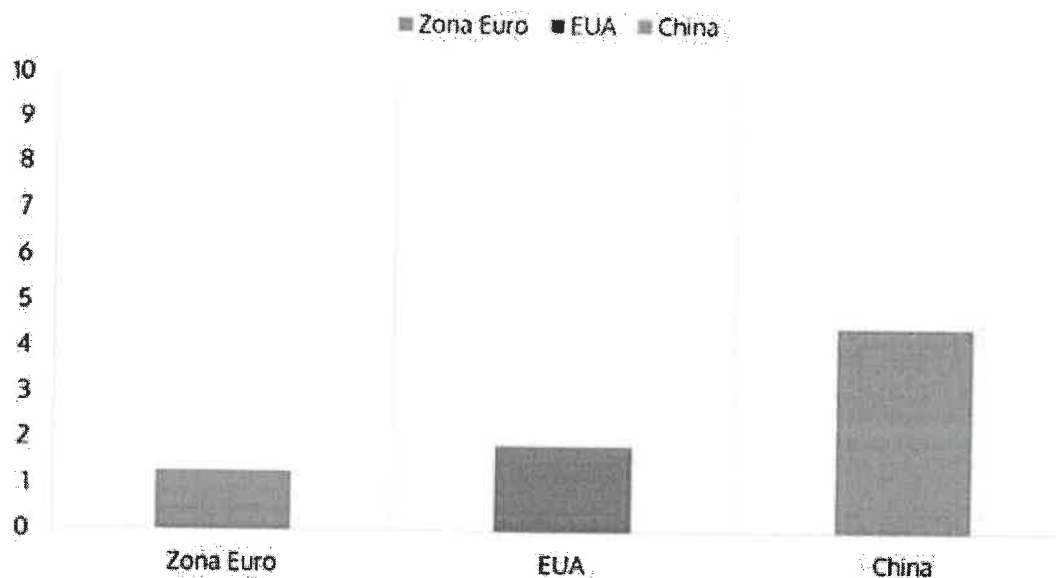
A CASA DO POVO DE ESCARIZ no período económico findo em 31 de dezembro de 2024 realizou um resultado líquido de 104 291,54€, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

- Resultados Transitados: 104 291,54€

5 - Expetativas Futuras**5.1. Cenário macroeconómico****Mundo**

O FMI estima um crescimento de 3,3% do PIB mundial em 2025 e 2026. Esta previsão representa um crescimento mais moderado do que anteriormente antecipado. Esta moderação é em grande parte justificada pelo crescimento inferior ao previsto das economias da China, Índia e Europa.

CRESCIMENTO DO PIB



Relativamente à inflação é esperada uma taxa de 4,2% em 2025 e de 3,5% em 2026. Esta descida é potenciada pela estabilização do crescimento dos salários e pela descida dos preços dos produtos básicos. No entanto, o FMI deixa dois alertas. Em primeiro lugar, a pressão inflacionária sobre os serviços deve manter-se alta, em países como os Estados Unidos a taxa de inflação deste setor deverá continuar superior a valores pré-pandemia. Em segundo lugar, algumas regiões do globo têm demonstrado dificuldades em controlar as suas taxas de inflação. De forma generalizada os governos devem abrandar o processo de relaxamento das medidas de contenção financeira.

É importante referir que os indicadores mencionados acima, PIB e inflação, estão bastante alavancados no comportamento futuro da economia americana. Um dos maiores riscos do ponto de vista económico para o próximo ano é que as medidas socioeconómicas que Donald Trump venha a implementar, nomeadamente na área da imigração, impactem diretamente o mercado da mão de obra, venham a inverter as previsões acima mencionadas. Uma realocação em grande escala de imigrantes, que compõem uma parte significativa do mercado de mão de obra em setores como restauração, indústria, entre outros, pode pôr em causa o potencial produtivo da economia dos EUA.

O desemprego deverá manter-se baixo com a ILO a apontar para uma taxa de 5% em 2025 e 4,9% em 2026. Estes valores são os mais baixos registados pela organização desde 1991. No entanto a ILO alerta que os jovens devem continuar a ser mais afetados com a taxa de desemprego nesta camada a ficar nos 12,6% em 2025.



Do ponto de vista político e ambiental, 2025 promete ser um ano instável. A chegada ao poder de Donald Trump abre a porta a uma mudança radical de posições dos EUA relativamente a matérias de política interna e externa.

Com o novo presidente a declarar uma vontade de terminar os conflitos armados da Rússia e Ucrânia e da Palestina e Israel o mais rapidamente possível, o mundo espera um abandono total dos apoios por parte dos EUA a um dos lados em cada um dos conflitos. Adicionalmente, as promessas de Donald Trump sobre imigração e tarifas colocam uma pressão sobre as relações do país com os seus vizinhos e aliados.

Por fim, as promessas do novo líder dos EUA de retirada de todos os pactos ambientais, colocam em causa as metas de controlo de alterações climáticas com muitos especialistas a duvidar que os danos causados por uma América sem regulação, durante quatro anos, possam ser revertidos.

O mundo deve esperar mais catástrofes naturais de cada vez maior intensidade e frequência, causando mais danos materiais e humanos.

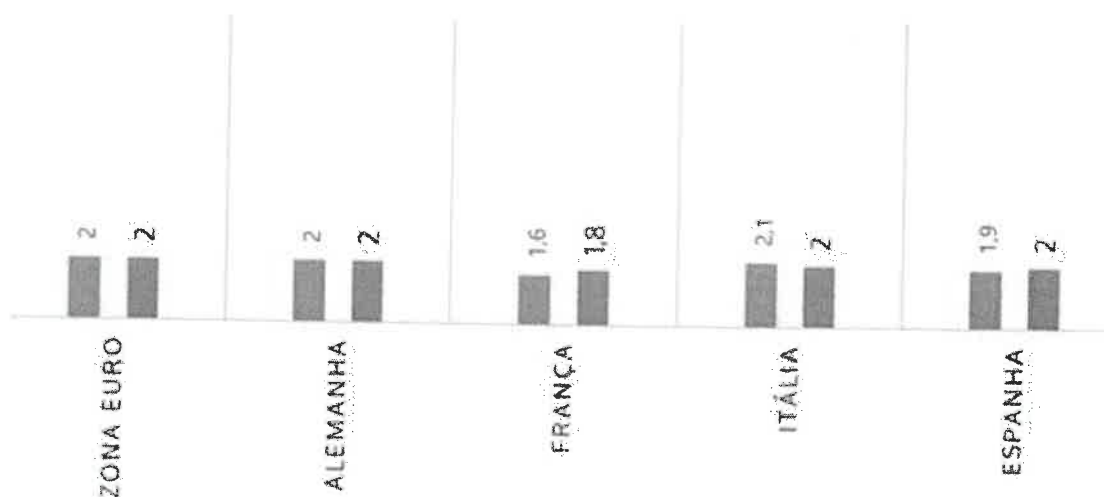
Europa

É esperado que o crescimento da zona euro acelere, atingindo os 1,3% em 2025 e 1,5% em 2026. Este crescimento é suportado pelo melhorar das condições financeiras e pela moderação do setor das energias e bens de consumo.

Relativamente à inflação, a OCDE espera que a tendência de redução da inflação continue, com a taxa a cair para os 2,1% em 2025 e 1,9% em 2029. O maior risco associado a estas previsões está na volatilidade dos preços associados ao setor da energia e na pressão elevada que continua a fazer-se sentir sobre os preços do setor dos serviços.

PREÇOS NO CONSUMIDOR

■ 2025 ■ 2029



O FMI espera que o consumo privado da Zona Euro cresça 1,3% em 2025. Embora seja um crescimento relativamente baixo, representa um aumento face ao registado em 2024, um ano que desapontou os especialistas. No ano findo registou-se um nível de poupanças superior ao registado no período pré-pandemia. À medida que as medidas financeiras restritivas foram sendo levantadas, nomeadamente no que toca às taxas de juro que baixaram significativamente ao longo do ano, as pessoas acumularam poupanças ao invés de aumentar o consumo. Para 2025 é esperado que este nível de poupança baixe à medida que os consumidores ganham confiança nas economias nacionais. O consumo público deve abrandar, crescendo apenas 0,9% em 2025.

Para o mercado do trabalho é esperado uma estabilização. As taxas de desemprego deverão ser 6,4% em 2025, 6,4% em 2026 e 6,3% em 2027. Embora o mercado do trabalho apresente uma grande robustez, as previsões de crescimento económico baixo levam os especialistas a prever que não haja uma grande expansão do mercado da mão de obra.

Outros

China

A OCDE espera um crescimento de 4,7% do PIB chinês em 2025, sinalizando um abrandamento da economia do país. O abrandamento deve perdurar com o crescimento em 2026 a baixar ligeiramente para os 4,4%.

A expectativa é de que a taxa de inflação permaneça baixa, segundo o FMI deverá ser entre 1,7% e 2% em 2025. Adicionalmente é previsto que a taxa se mantenha estável, na casa dos 2% em 2029.

EUA

As projeções iniciais da OCDE apontavam para um aumento da produtividade da economia americana alavancado nos fluxos migratórios que tinham expandido o potencial da economia.

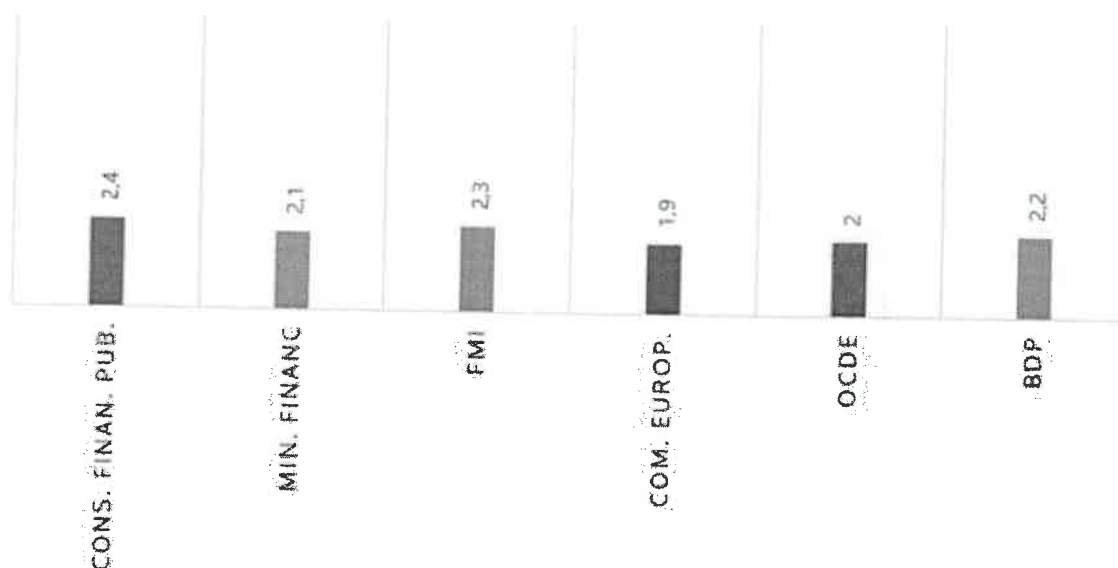
A expectativa de crescimento do PIB era de 2,4% em 2025 e 2,1% em 2026. Um ligeiro abrandar face ao crescimento registado em 2024, em parte porque é esperada uma diminuição do crescimento do mercado de trabalho o que fará moderar o consumo privado.

É esperado que a inflação continue a baixar ao longo de 2025 e que o ano termine com a taxa nos 1,9%. E previsão do FMI é que esta taxa estabilize nos 2,1% a médio/longo prazo.

5.2 Cenário Interno

Apresentam-se de seguida as principais projeções de crescimento do PIB para 2025.

CRESCIMENTO PIB 2025 (%)



Como é possível observar no gráfico acima, as projeções de crescimento para o próximo ano variam entre os 1,9% e os 2,4%. Para 2026 as projeções variam entre os 2,0% e os 2,2%. No longo prazo, o FMI prevê uma taxa de crescimento de 1,9% em 2029. Este crescimento futuro deverá ser impulsionado pelo gasto dos fundos do PRR e pelo aumento esperado dos salários nos próximos anos.

As exportações, segundo dados do Banco de Portugal, devem crescer 3,2%, depois de terem crescido entre 3,9% e 4,2% em 2024. As importações deverão desacelerar, crescendo 4,7%, depois de terem crescido entre 5,2% e 5,6% em 2024.

Um dos fatores que mais abona a favor do futuro da economia portuguesa é o controlo da inflação. A OCDE, que tinha das estimativas mais pessimistas para este indicador, colocando a inflação nos 8,1% em 2022 e 5,3% em 2023, aponta 2024 como o ano em que a taxa foi oficialmente controlada e estima valores na casa dos 2,2% para 2025 e 2,1% em 2026. Observando-se esta trajetória, Portugal atingirá o rácio ideal de estabilidade de 2% mais cedo do que antecipado. Esta descida continua a ser suportada pela estabilização dos preços da energia e da alimentação. Adicionalmente, a pressão sobre os preços do setor dos serviços também tem vindo a baixar.

Relativamente ao consumo privado, o Banco de Portugal e a OCDE preveem um crescimento de 2,7% em 2025, e de 1,9% a 2% para 2026. Este crescimento está alinhado com o abrandar da inflação e com a projeção de aumento de salários que contribuem para a recuperação das poupanças das famílias.

No consumo público as projeções são menos claras, o Banco de Portugal projeta um crescimento de 1,1% em 2025 e 0,8% em 2026 o que representaria um abrandar do crescimento deste indicador, por oposição a OCDE projeta um crescimento de 1,2% em 2025 e 1,6%, o que representa um acelerar do mesmo. Não obstante a diferença na previsão do comportamento do indicador, ambas as entidades apontam para um crescimento semelhante em 2025.

O Banco de Portugal prevê poucas mexidas para a taxa de desemprego, colocando o valor previsto para 2025 nos 6,3% e para 2026 nos 6,2%. Desta forma, esta taxa deverá manter-se historicamente baixa. Tal deve acontecer porque a política orçamental do novo governo tem tido linhas de maior investimento na atividade económica, o que deverá fomentar a atividade. Adicionalmente, projeta-se um aumento dos salários reais.

Mesmo com o aumento dos gastos por parte do governo e alguns cortes nas fontes de rendimento, a OCDE estima que o rácio de dívida pública de Portugal continue a cair, atingindo os 89,3% do PIB em 2026.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a entidade mantenha o nível da atividade consolidado ao longo dos tempos.

6 - Outras Informações

A CASA DO POVO DE ESCARIZ não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2024.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

A Direção
Adilson Nadeau
João de Sousa
João de Sousa
João de Sousa

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da CASA DO POVO DE ESCARIZ.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

A Direção
Adelino Pedreira
Caridade Espirito Santo
João Carlos
João Carlos

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: CASA DO POVO DE ESCARIZ
Número de identificação de pessoa coletiva: 500938970
Lugar da sede social: Rua do Lar - Escariz S. Martinho
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL, é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRL-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de Contas Específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

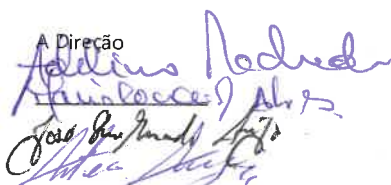
- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1. Principais políticas contabilísticas**

A Direção

João Paulo

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Eventualmente pode estar sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais

A Direção
Assinado por: [Assinatura]
José António [Assinatura]

perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento

do subsídio.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

No decurso de 2024 a Casa do Povo de Escariz alterou a política de contabilização referente às verbas provenientes dos acordos e cooperação celebrados com a Segurança Social (as verbas recebidas da Segurança Social visam compartilhar parte da mensalidade devida pelo utente) para a conta 72 - prestação de serviços, sendo que até 2023 estavam a ser registadas na conta 75 - Subsídios.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Método do custo			
Edifícios e outras construções	Método do custo	Quotas constantes	50 a 10 anos	2,00 a 10,00
Equipamento básico	Método do custo	Quotas constantes	8 a 4 anos	12,50 a 25,00
Equipamento de transporte	Método do custo	Quotas constantes	4 anos	25,00
Equipamento administrativo	Método do custo	Quotas constantes	6 a 3 anos	16,66 a 33,33
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	Método do custo	Quotas constantes	6 anos	16,66

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	17 356,08	1 999 480,25	222 033,00	81 347,36	39 495,22		10 407,43			2 370 119,34
Depreciações acumuladas		811 743,12	209 356,96	47 484,85	38 839,13		7 056,73			1 114 480,84
Saldo no início do período	17 356,08	1 187 737,13	12 676,04	33 862,51	656,04		3 350,70			1 255 638,50
Variações do período		(29 912,29)	(1 414,12)	(11 287,50)	(385,84)		(518,20)			(43 517,95)
Total de aumentos		12 054,00	2 391,43		179,00		798,27			15 422,70
Aquisições em primeira mão		12 054,00	2 391,43		179,00		798,27			15 422,70
Total diminuições		41 966,29	3 805,55	26 542,36	564,84		1 316,47			74 195,51
Depreciações do período		41 966,29	3 805,55	11 287,50	564,84		1 316,47			58 940,65
Alienações				15 254,86						15 254,86
Outras transferências				15 254,86	0,00		0,00			15 254,86
Saldo no fim do período	17 356,08	1 157 824,84	11 261,92	22 575,01	270,20		2 832,50			1 212 120,55
Valor bruto no fim do período	17 356,08	2 011 534,25	224 424,43	66 092,50	39 674,22		11 205,70			2 370 287,18
Depreciações acumuladas no fim do período		853 709,41	213 162,51	43 517,49	39 404,02		8 373,20			1 158 166,63

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	17 356,08	1 999 480,25	221 550,34	36 197,35	39 495,22		10 407,43			2 324 486,67
Depreciações acumuladas		770 982,22	204 540,54	36 197,35	38 310,14		5 904,02			1 055 934,27
Saldo no início do período	17 356,08	1 228 498,03	17 009,80		1 185,08		4 903,41			1 268 552,40
Variações do período		(40 760,90)	(4 333,76)	33 862,51	(529,04)		(1 152,71)			(12 913,90)
Total de aumentos			482,66	45 150,01						45 632,67
Aquisições em primeira mão			482,66	45 150,01						45 632,67
Total diminuições		40 760,90	4 816,42	11 287,50	529,04		1 152,71			58 546,57
Depreciações do período		40 760,90	4 816,42	11 287,50	529,04		1 152,71			58 546,57
Outras transferências		0,00	0,00							0,00
Saldo no fim do período	17 356,08	1 187 737,13	12 676,04	33 862,51	656,04		3 350,70			1 255 638,50
Valor bruto no fim do período	17 356,08	1 999 480,25	222 033,00	81 347,36	39 495,22		10 407,43			2 370 119,34
Depreciações acumuladas no fim do período		811 743,12	209 356,96	47 484,85	38 839,18		7 056,73			1 114 480,84

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Método do custo	Quotas constantes	3 anos	33,33
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis				

5.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			1 911,42					1 911,42
Amortizações acumuladas totais no fim do período			1 911,42					1 911,42
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			1 911,42					1 911,42
Amortizações acumuladas			1 911,42					1 911,42
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

6 - Custos de empréstimos obtidos

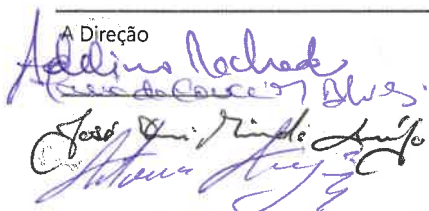
6.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos	385 541,15	43 972,32	341 568,83	23 864,24	23 864,24				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	385 541,15	43 972,32	341 568,83	23 864,24	23 864,24				
Total dos Empréstimos	385 541,15	43 972,32	341 568,83	23 864,24	23 864,24				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos	427 527,60	67 737,00	359 790,60	26 249,36	26 249,36				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	427 527,60	67 737,00	359 790,60	26 249,36	26 249,36				
Total dos Empréstimos	427 527,60	67 737,00	359 790,60	26 249,36	26 249,36				

6.2. Outras divulgações

A Direção

 José António Ribeiro
 António Augusto

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	23 864,24	26 249,36
Juros de financiamentos suportados	23 864,24	26 249,36
Juros de empréstimos bancários	23 864,24	26 218,16
Juros de locações financeiras		33,15
Outros juros de financiamentos obtidos		(1,95)

7 - Inventários

7.1. Quantia escriturada de inventários

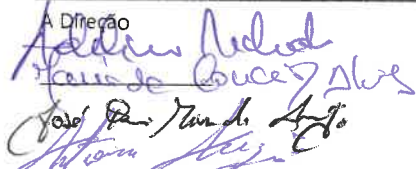
Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras		23 650,22	23 650,22		24 711,74	24 711,74
Reclassificação e regularização de inventários		32 740,79	32 740,79		27 509,57	27 509,57
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		56 391,01	56 391,01		52 221,31	52 221,31
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contábilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	803 203,93	379 906,01
Outros réditos	156 539,02	469 467,98
Total	959 742,95	849 373,99

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

A Direção

 João Paulo de Souza
 Diretor

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Outros rendimentos e ganhos		
Ganhos em investimentos não financeiros (sinistros)	0,00	4 047,85
Rendas do Bar	1 975,00	2 100,00
Correções exercícios anteriores	3 280,93	844,52
Imputação de subsídios para investimentos	55 090,41	55 090,41
Consignação IRS	1 291,82	0,00
Alienações ativos (venda carrinha)	3 252,03	0,00
Excesso estimativa p/impostos	1 421,04	0,00
Total	66 311,23	62 082,78

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	51 255,55	40 829,70
Trabalhos especializados	29 498,22	25 545,85
Publicidade e propaganda	200,00	
Honorários	3 234,90	2 281,65
Conservação e reparação	17 671,68	12 371,11
Outros	650,75	631,09
Materiais	10 205,26	9 529,43
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	992,60	2 067,93
Material de escritório	484,47	961,61
Outros	8 728,19	6 499,89
Energia e fluidos	43 263,45	37 024,27
Electricidade	27 734,01	20 644,06
Combustíveis	1 727,11	1 292,86
Água	3 685,17	3 556,50
Outros	10 117,16	11 530,85
Deslocações, estadas e transportes	4 057,71	6 900,66
Deslocações e estadas	4 050,91	6 900,66
Outros	6,80	
Serviços diversos	42 633,60	48 337,51
Rendas e alugueres	350,96	7 239,17
Comunicação	1 698,36	1 422,52
Seguros	4 740,31	4 772,71
Contencioso e notariado		47,50
Despesas de representação	200,00	120,00
Limpeza, higiene e conforto	35 343,97	34 023,71
Outros serviços	300,00	711,90
Total	151 415,57	142 621,57

8.4. Outras divulgações sobre gastos

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Outros gastos e perdas		
Impostos	2 068,71	2 854,41
Correções relativas a períodos anteriores	178,18	582,32
Outros gastos:		
Multas e outras penalidades	0,00	1 382,65
Outros gastos e perdas de financiamento	2 364,63	15 318,11
Total	4 881,52	20 137,49

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	55 090,41	55 090,41	55 090,41						
Para ativos fixos tangíveis	55 090,41	55 090,41	55 090,41						
Edifícios e outras construções	43 022,71	43 022,71	43 022,71						
Equipamento básico	12 067,70	12 067,70	12 067,70						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	358 775,63	50 382,00	50 382,00	21 100,00	6 855,00	6 855,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	413 866,04	105 472,41	105 472,41	21 100,00	6 855,00	6 855,00			

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	55 090,41	55 090,41	55 090,41						
Para ativos fixos tangíveis	55 090,41	55 090,41	55 090,41						
Edifícios e outras construções	43 022,71	43 022,71	43 022,71						
Equipamento básico	12 067,70	12 067,70	12 067,70						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	381 667,24	358 775,63	358 775,63	143,06	21 100,00	21 100,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	436 757,65	413 866,04	413 866,04	143,06	21 100,00	21 100,00			

9.2. Doações

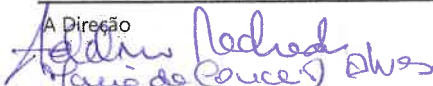
Nome / Descrição	Valor
Doações	
Banco Alimentar	4 018,91
SONAE (Continente)	23 672,68
Pingo Doce	5 033,26
Enteajuda-Apoio a Instituições SS	90,00
Total	32 814,85

10 - Instrumentos financeiros

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	279 219,43		36 393,60	315 613,03
Outras variações nos capitais próprios	432 984,92	92 217,16		340 767,76
Subsídios	412 984,92	92 217,16		340 767,76
Total	720 306,05	92 217,16	36 393,60	664 482,49

Quadro comparativo:

A Direção

 Adriano Pedreira
 José António
 António

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	261 475,27		17 744,16	279 219,43
Outras variações nos capitais próprios	488 075,33	55 090,41		432 984,92
Subsídios	488 075,33	55 090,41		432 984,92
Total	757 652,30	55 090,41	17 744,16	720 306,05

10.2. Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

Entidade Financeira	Detalhes da garantia	Montante
Caixa Económica Montepio Geral	Hipoteca sobre imóvel	500 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	Outra proteção	90 000,00

10.2.1. Acréscimos de gastos

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	63 858,33	66 119,06
Outros gastos	2,51	0,00
Encargos com eletricidade	3 341,44	2 666,51
Encargos com água	693,86	631,09
Trabalhos especializados	0,00	387,45
Comunicações	305,65	113,28
Total	68 201,79	69 917,39

10.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			9 323,92		
Clientes e utentes			7 684,56		
Outras contas a receber			1 639,36		
Passivos financeiros:			143 548,77		
Fornecedores			25 431,05		
Financiamentos obtidos			385 541,15		
Outras contas a pagar			118 117,72		
Ganhos e perdas líquidos:			(2 459,21)		
De passivos financeiros			(2 459,21)		
Rendimentos e gastos de juros:			(23 864,24)		
De passivos financeiros			(23 864,24)		

A Direção



Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			42 774,25		
Cientes e utentes			3 805,00		
Outras contas a receber			38 969,25		
Passivos financeiros:			202 953,51		
Fornecedores			41 180,03		
Financiamentos obtidos			427 527,60		
Outras contas a pagar			161 773,48		
Ganhos e perdas líquidos:			(15 320,06)		
De passivos financeiros			(15 320,06)		
Rendimentos e gastos de juros:			(26 249,36)		
De passivos financeiros			(26 249,36)		

10.4. Diferimentos de gastos

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Seguros	2 157,02	2 131,32
Trabalhos especializados	17,69	17,36
Total	2 174,71	2 148,68

10.5. Outros créditos e ativos não correntes:

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Outros investimentos financeiros		
Fundo compensação de trabalho	16 359,71	16 359,71

11 - Benefícios dos empregados

11.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

A Direção

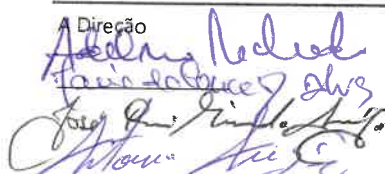
Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	41,00	45 926,00	34,00	55 762,54
Pessoas remuneradas	41,00	45 926,00	34,00	55 762,54
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	41,00	45 926,00	34,00	55 762,54
Pessoas a tempo completo	41,00	45 926,00	34,00	55 762,54
(das quais pessoas remuneradas)	41,00	45 926,00	34,00	55 762,54
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	41,00	45 926,00	34,00	55 762,54
Masculino	3,00	4 136,00	2,00	3 477,97
Feminino	38,00	41 790,00	32,00	52 284,57
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

11.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	559 937,90	513 190,14
Remunerações dos órgãos sociais	6 111,12	
Remunerações do pessoal	452 587,99	420 840,17
Indemnizações		1 500,00
Encargos sobre as remunerações	94 857,33	83 972,43
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 798,53	5 707,54
Gastos de acção social		1 170,00
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1 582,93	
- fardamento	991,93	

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1. Informação por atividade económica

A Direção

 João Carlos Pinheiro
 Diretor

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	230 826,69	572 377,24	803 203,93
Compras	2 365,03	21 285,19	23 650,22
Fornecimentos e serviços externos	15 141,56	136 274,01	151 415,57
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 639,10	50 751,91	56 391,01
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	5 639,10	50 751,91	56 391,01
Número médio de pessoas ao serviço	9,00	32,00	41,00
Gastos com o pessoal	131 261,33	428 676,57	559 937,90
Remunerações	121 137,45	337 561,66	458 699,11
Outros gastos	10 123,88	91 114,91	101 238,79
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	121 212,06	1 090 908,49	1 212 120,55
Total das aquisições	1 362,13	14 060,57	15 422,70
(das quais edifícios e outras construções)	1 205,40	10 848,60	12 054,00
Propriedades de investimento			

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	37 990,60	341 915,41	379 906,01
Compras	2 471,17	22 240,57	24 711,74
Fornecimentos e serviços externos	14 262,16	128 359,41	142 621,57
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 222,13	46 999,18	52 221,31
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	5 222,13	46 999,18	52 221,31
Número médio de pessoas ao serviço	8,00	26,00	34,00
Gastos com o pessoal	32 226,79	480 963,35	513 190,14
Remunerações	22 991,79	397 848,38	420 840,17
Outros gastos	9 235,00	83 114,97	92 349,97
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	125 563,85	1 130 074,65	1 255 638,50
Total das aquisições	4 563,27	41 069,40	45 632,67
Propriedades de investimento			

12.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	803 203,93			803 203,93
Compras	23 650,22			23 650,22
Fornecimentos e serviços externos	151 415,57			151 415,57
Aquisições de ativos fixos tangíveis	15 422,70			15 422,70
Rendimentos suplementares:	1 291,82			1 291,82
Outros rendimentos suplementares	1 291,82			1 291,82

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	379 906,01			379 906,01
Compras	24 711,74			24 711,74
Fornecimentos e serviços externos	142 621,57			142 621,57
Aquisições de ativos fixos tangíveis	45 632,67			45 632,67
Rendimentos suplementares:				

12.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Casa do Povo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 - Impostos e contribuições

13.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	104 311,54	36 405,60
Imposto corrente	20,00	12,00
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	20,00	12,00
Tributações autónomas	20,00	12,00
Taxa efetiva de imposto	0,01	

13.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		20,00		12,00
Imposto estimado		20,00		12,00
Retenção de impostos sobre rendimentos		734,15		639,00
Contribuições para a Segurança Social		9 390,98		8 216,35
Total		10 145,13		8 867,35

14 - Fluxos de caixa

14.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 136,39	4 780,65	3 452,34	2 464,70
Depósitos à ordem	77 990,58	1 477 663,36	1 490 088,45	65 565,49
Outros depósitos bancários				
Total	79 126,97	1 482 444,01	1 493 540,79	68 030,19

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	15,43	388 071,34	386 950,38	1 136,39
Depósitos à ordem	50 075,59	1 860 236,03	1 832 321,04	77 990,58
Outros depósitos bancários				
Total	50 091,02	2 248 307,37	2 219 271,42	79 126,97

CASA DO POVO DE ESCARIZ

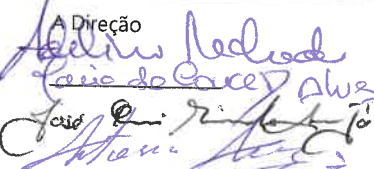
A Direção
Adelino Nêdech
Luís de Sousa
José R. Ribeiro
Moraes

Contabilista Certificado Nº 23260

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2024
(montantes em euros)**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	803 203,93	379 906,01
Subsídios, doações e legados à exploração	9	90 051,85	407 385,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(56 391,01)	(52 221,31)
Fornecimentos e serviços externos	8	(151 415,57)	(142 621,57)
Gastos com o pessoal	11	(559 937,90)	(513 190,14)
Outros rendimentos	8	66 311,23	62 082,78
Outros gastos	8	(4 881,52)	(20 137,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		186 941,01	121 203,48
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(58 940,65)	(58 546,57)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		128 000,36	62 656,91
Juros e rendimentos similares obtidos	8	175,94	
Juros e gastos similares suportados	6	(23 864,76)	(26 251,31)
Resultado antes de impostos		104 311,54	36 405,60
Imposto sobre o rendimento do período		(20,00)	(12,00)
Resultado líquido do período		104 291,54	36 393,60

A Direção

 João do Carmo Alves
 João do Carmo Alves

Contabilista Certificado N.º 23260


Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2024
(montantes em euros)

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes	10	800 733,84	380 512,67
Pagamentos a fornecedores	10	192 055,76	149 187,43
Pagamentos ao pessoal	11	556 154,10	514 158,84
Caixa gerada pelas operações		52 523,98	(282 833,60)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 409,04)	
Outros recebimentos/pagamentos	10	16 244,11	384 226,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		70 177,13	101 392,43
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	15 422,70	482,66
Investimentos financeiros	10		956,83
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(15 422,70)	(1 439,49)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	41 986,45	29 347,57
Juros e gastos similares	6	23 864,76	41 569,42
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(65 851,21)	(70 916,99)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(11 096,78)	29 035,95
Caixa e seus equivalentes no início do período		79 126,97	50 091,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		68 030,19	79 126,97

A Direção

Adrius Ledesma
João Paulo Correia Alves
João Paulo Correia Alves
João Paulo Correia Alves

Contabilista Certificado Nº 23260

[Assinatura]

RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Código das Contas	DESIGNAÇÃO	VALÊNCIAS			TOTAL
		CRECHE	LAR	OUTRAS AT. SOCIAIS	
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestações	230.826,69	572.377,24	0,00	803.203,93
721	Matrículas e mensalidades	230.799,09	572.128,84	0,00	802.927,93
722/9	Outras	27,60	248,40	0,00	276,00
74	Trabalhos para a própria Instituição	0,00	0,00	0,00	0,00
748	Para autoconsumos	0,00	0,00	0,00	0,00
741/5	Para outros	0,00	0,00	0,00	0,00
781/8	Rendimentos suplementares	6.648,72	59.838,45	0,00	66.487,17
75	Comparticipações e subsídios à exploração	9.462,59	80.589,26	0,00	90.051,85
7511	Segurança Social	0,00	28.000,00	0,00	28.000,00
7512	IEFP	4.935,55	11.846,45	0,00	16.782,00
7513	Autarquias	560,00	5.040,00	0,00	5.600,00
7516	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
752	De outras entidades	685,50	6.169,50	0,00	6.855,00
753	Doações	3.281,54	29.533,31	0,00	32.814,85
7	Outros proveitos operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
	Varição da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal (1)	246.938,00	712.804,95	0,00	959.742,95
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.639,10	50.751,91	0,00	56.391,01
612	Géneros alimentares	5.639,10	50.751,91	0,00	56.391,01
61-61211	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	15.141,56	136.274,01	0,00	151.415,57
6241/3	Electricidade, combustível, água e outros fluidos	4.326,35	38.937,10	0,00	43.263,45
6233	Material de escritório	105,52	378,95	0,00	484,47
6226/8	Reparação, conserv adapt em equip edif	1.574,96	16.747,47	0,00	18.322,43
*	Outros fornecimentos e serviços externos	9.134,73	80.210,49	0,00	89.345,22
63	Gastos com o pessoal	131.261,33	428.676,57	0,00	559.937,90
63231	Remunerações certas	109.685,36	309.275,83	0,00	418.961,19
63232	Remunerações adicionais	11.452,09	28.285,83	0,00	39.737,92
6352	Encargos sobre remunerações	9.485,73	85.371,60	0,00	94.857,33
636	Seguros	479,85	4.318,68	0,00	4.798,53
638	Outros custos com o pessoal	158,29	1.424,64	0,00	1.582,93
64	Gastos de depreciação e de amortização	5.894,07	53.046,59	0,00	58.940,65
67	Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
681	Impostos	103,61	932,44	0,00	1.036,05
6813	Taxas	103,27	929,39	0,00	1.032,66
651	Benefícios processados	0,00	0,00	0,00	0,00
652	Outros custos operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
691	Gastos de financiamento e outras perdas similares	2.649,94	23.849,45	0,00	26.499,39
68	Outros gastos e perdas	17,82	160,36	0,00	178,18
	Subtotal (2)	160.810,69	694.620,73	0,00	855.431,41
81	Resultados operacionais (1)-(2)=(3)	86.127,31	18.184,23	0,00	104.311,54
	Imposto sobre o rendimento do período				20,00
	Resultado Líquido do período				104.291,54

* 62-(6211+62211/4+6233+6226)

